

“OLHO DE PARENTE” E O “OLHO ESTRANHO”

Considerações etnográficas sobre Viver, Olhar, Ouvir, Escrever e Permanecer



“RELATIVE’S EYE” AND THE “STRANGER EYE”
Ethnographic considerations about Living, Looking,
Listening, Writing and Staying

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos
Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação em Antropologia | Brasília, Brasil
anaclarasousadamasio@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-7426-7486

Resumo

A partir de etnografia realizada entre minhas parentes-interlocutoras, emergiram questões acerca da minha posicionalidade em um campo que não tinha fim, mas que era composto enquanto um processo-de-vida e em-curso-de-vida, emergiram. Afinal, a antropóloga que foi criada pelas pessoas com quem pesquisa teria um acesso diferente ao campo? O que ocorre quando essa mesma antropóloga está imersa nas relações de direitos e obrigações que compõem os laços de parentesco e como esses mesmos laços fazem etnografia? O que seria ter um “olho de parente” e um “olho estranho”? Como todas essas perguntas colocadas acima mobilizam questões tão presentes na antropologia como “estranhar” e “olhar”? Esse ensaio possui a intenção de fazer algumas considerações sobre as perguntas aqui colocadas e apresentar alguns caminhos (ou fugas).

Palavras-chave

Antropologia; Etnografia; Parentesco; Família; Olhar.

Abstract

From ethnography carried out among my relatives-interlocutors emerged questions about my positionality in a fieldwork that had no end, but which was composed as a life-process and in-life-course. After all, would the anthropologist who was created by the people with whom she researched have a different access to the field? What happens when this same anthropologist is immersed in the relations of rights and obligations that make up the ties of kinship and how do these same ties make ethnography? What would it be like to have a “relative’s eye” and a “stranger eye”? How do all these questions posed above mobilize questions as present in anthropology as “inquiring” and “looking”? This essay these questions and present possible routes (or escapes).

Keywords

Anthropology; Ethnography; Kinship; Family; Gaze.



I

Era de manhã. Eu havia acordado e minha mãe estava ao telefone. Esta, como costumeiramente fazia, falava com tia Itamar¹, irmã da minha avó materna. Ela e eu estávamos no DF e tia Itamar, em Canto do Buriti (PI). Eis que servi meu café e liguei a TV para abafar um pouco da conversa que as duas travavam ao telefone. Foi então que minha mãe disse para tia Itamar: “Você percebe isso porque você tem olho de parente²! Uma pessoa de fora não olharia as coisas do mesmo jeito que você!”. Meus ouvidos se atentaram para a conversa cujo tópico não me era alienígena, a casa da vó Anita (irmã mais velha da tia Itamar).

Como minha avó veio para o *mundo*³⁴ (DF) receber o *tomar de conta*⁵ das suas *filhas-mulher*⁶, sua casa ficou fechada em Canto do Buriti esperando, de tantas formas, que algum parente resolvesse voltar para passar férias, viver algum tempo ou fazer uma pesquisa de cunho etnográfico – como no meu caso – e que, porventura, quisesse ficar na casa dela e assim levá-la também (Damásio 2020a). Essa frase dita pela minha mãe ressoou na minha cabeça por um tempo. Afinal, o que era ter um “olho de parente”? Os dias seguiram e percebi que, em

¹ Todos os nomes das parentes-interlocutoras utilizados aqui são verídicos.

² “Parente” nesse contexto é a nominação dada as pessoas que descendiam de um antepassado em comum (Augé 1975).

³ Todas as palavras em itálico são categorias êmicas e são trabalhadas na dissertação de mestrado intitulada: “Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre *cair pra idade*, *tomar de conta* e posicionalidades em Canto do Buriti-PI” (Damásio 2020a).

⁴ Tudo que não é Canto do Buriti era nominado enquanto o *mundo*, mas era categoria atrelada principalmente a São Paulo e Brasília.

⁵ *Tomar de conta* é um fenômeno que envolve múltiplas questões, disputa de poder, agência, autônoma, limitações corpóreas, ao mesmo tempo que trabalha para a construção e manutenção da hierarquia entre os sujeitos envolvidos nesse processo. De um lado um sujeito que *toma de conta* e do outro o que é *tomado de conta*. Nisso, quem *toma de conta* passa a ser encarregado de policiar, cuidar, tomar decisões, em suma, ele impacta na agência do sujeito de quem *toma de conta*. Para mais detalhes ver Damásio (2020b).

⁶ As categorias *filha-mulher* e *filho-homem* são formas locais de distinguir a prole que nasceu com uma vagina ou um pênis. A partir disso, elas são capazes de gerar diferentes responsabilidades e expectativas sociais. Vale ressaltar que estamos falando de um contexto de pesquisa extremamente heteronormativo onde concepções particulares de diferença sexual ainda são consideradas elementos centrais para ligar vagina à *filha-mulher* e pênis ao *filho-homem*.

outra conversa com tia Itamar, minha mãe disse algo parecido: “Isso que dá deixar um estranho tomando conta das nossas coisas. Ele não tem o cuidado que um parente tem”. O que o “olho de parente” tinha de diferente de um “olho estranho”? Como se reconfiguraria o debate sobre a relação entre estranhamento do “familiar” e o “tornar familiar” o que é estranho de que tanto falava Gilberto Velho (1978)? Minha posição em campo era de alguém entre-mundos (Anzaldúa 2005). Eu era parente/pesquisadora, *moça*⁷/mulher, estava entre a *origem/mundo*. E as questões que envolvem o presente texto buscam considerar como esses lugares marcados pelas minhas relações de parentesco, familiares e de gênero, são produtores e constituintes de análises, falas, experiências e metodologias. E resvalam também em considerar quem são os sujeitos que podem demarcar determinados lugares de fala com e sobre histórias, segredos e *origens*.

Gostaria de iniciar em um terreno familiar e é por essas terras que irei pisar⁸. No primeiro semestre de 2019 resolvi voltar para a casa da minha avó materna, Anita, em uma cidade do interior do Piauí (mais especificamente no sudeste piauiense) para realizar uma pesquisa de cunho etnográfico. Inicialmente minhas parentes não seriam minhas interlocutoras, elas seriam minha porta de entrada para outras interlocutoras da cidade, dado que as relações de parentesco eram importantes para posicionar as pessoas naquele contexto. A primeira coisa que me perguntavam sempre que eu chegava em algum comércio, igreja ou puxava papo, era o costumeiro “você é parente de quem aqui?”. Ao localizar as relações de parentesco uma pessoa conseguia identificar a classe, as posses, as influências locais, as histórias que sabia sobre aquela família, se a pessoa vinha de uma “boa família” e assim por diante.

Quando falamos de posicionalidade com e a partir da antropologia podemos falar de muitas coisas: da clássica relação sujeito-objeto, em relação às pesquisas realizadas entre Norte-Sul, Sul-Sul ou Norte-Norte ou até mesmo da posição que um pesquisador assume em campo, entre seus pares e até mesmo

⁷ *Moça* é uma categoria local atrelada a pessoa que não é mais *menina* e tampouco ainda é *muié*. A *moça* é aquela que não teve filhos, não *criou* uma família, mas está nas suas primeiras relações sexuais, namoros e espera-se que a mesma almeje dominar toda a grafia que a constituirá enquanto *muié* (uma pessoa com filhos e filhas, que *crie* uma família, que tenha a própria casa).

⁸ Agradeço imensamente a leitura da primeira versão desse texto pelos queridos Omisilê André Justino e Leandro Durazzo.

dentro da própria família. O que interessa a este ensaio é a última questão. Procuo compreender e analisar o estabelecimento de uma pesquisa etnográfica entre parentes e em como, ao avistar minha posição no meu grupo de parentesco e família, também pude perceber minha posição em relação às histórias que eu tinha acesso por pertencer ao grupo que não me posicionava como uma “estranha”. Em que consistia ser uma antropóloga que pesquisava seus parentes? Eu tinha esse “olho de parente”?

As reflexões aqui contidas não pretendem trazer um sentido pronto ou acabado (e tampouco respostas fechadas). O intento é pensar e refletir como a partir de um corpo que também é território (Baniwa 2018), é impossível ignorar que parentes que pesquisam parentes fazem etnografias outras. E aqui não estou querendo apontar que são necessariamente etnografias “melhores”, mas que são diferentes justamente por serem realizadas por aqueles que possuem o “olho de parente”, que aprendem a “olhar como parente” e (com as idas e vindas de fotografias, áudios, leituras de textos, artigos, dissertações, vídeos e vidas) a também escrever com parentes. A segunda seção (II) buscará apresentar alguns apontamentos acerca do “olhar de parente” e adentrar discussões que emergem com a etnografia entre os mesmos.

II

Em diálogo com os estudos pós-coloniais, feministas e subalternos, tentei produzir uma etnografia (e uma antropologia) em que as vozes das minhas parentes-interlocutoras estivessem em relevo e na qual elas pudessem se sentir devidamente representadas. Adentrei também no espaço dos “segredos” (Damásio 2021) que constituíam minha família e passei a considerar o que mostrar ou esconder em minha etnografia (caderno de campo e diário de campo). O que minhas parentes-interlocutoras me mostravam eram campos cobertos de segredos que não deveriam circular para fora da família. Existia aquilo que deveria ser protegido, guardado e nunca levado para etnografia. Me apresentavam um mundo que não deveria ser descoberto por “estranhos”. E que família não tem seus mundos enterrados? Dito isso, minhas parentes-interlocutoras poderiam também de muitas formas “espiar” (Virgílio 2018) minha pesquisa com as fotografias que eu tirava e lhes apresentava, com os trechos da dissertação que aos

poucos eu ia lendo para elas, com os vídeos que eu mostrava. Também tinham acesso as fotografias e reflexões que eu postava diariamente no Diário de Campo Visual Público⁹. “Então era isso que você ficava fazendo com a câmera na mão aquele tempo todo...”, me disse tia Itamar após ver um curta que eu havia feito com imagens da casa dela, seu cotidiano, nossos almoços em família. Todos esses materiais feitos e produzidos ao longo da pesquisa eram considerados não apenas parte da pesquisa, mas como material da nossa família. Um exemplo disso, foi quando em uma tarde na varanda da tia Itamar após um almoço resolvi fotografá-la. Quando tia Itamar ainda estava deitada, cliquei no instante em que me contava uma história.



Tia Itamar. Canto do Buriti. 2019

⁹ Diário de campo Visual Público:
<https://www.instagram.com/diariodecampovisual/>

Ali era um momento de família, mas ao ver minha tia descansando naquela rede com as bandeiras do Brasil, eu percebia o quão aquela imagem comunicava sobre ela, mas também sobre toda a pesquisa. Sobre ela ter trabalhado por quase 40 anos em São Paulo como tantas mulheres e homens nordestinos e depois encarar a tentativa de voltar para *origem*, buscando algum tipo de descanso. Sendo assim, enviei a foto para minha mãe dizendo como a achei bonita e ela em seguida encaminhou para minha tia Itamar. No mesmo dia recebi um áudio da tia Itamar dizendo: “Adorei a foto que sua mãe mandou! Boa! Mandei para minhas amigas para tirar sarro delas que eu tô deitada na rede e elas pegando ônibus cansadas e eu tô descansando!”. Era um descanso mais do que merecido. Eu, como sobrinha-neta e pesquisadora, sentia imenso prazer em perceber que minha parente-interlocutora se reconhecia naquela foto, usufruía e tinha reflexões muito próximas às minhas quanto à impressão que a foto passava. Nesse processo de “espição” que ocorria de mim para com elas e delas para comigo o “olho de parente” permanecia ali o tempo todo medindo, avaliando, considerando, elogiando ou criticando (tanto delas para comigo, quanto de mim para com elas).

Em outro dia, ao me ver reconstruindo a árvore genealógica da família, minha mãe disse: “Tá faltando o tio Edgar!”. Eu nunca havia escutado falar desse tal tio. Ela então pegou o telefone e ligou para tia Itamar. Essa última confirmou sua lembrança acerca daquele tio que havia ido para o *mundo* tantas décadas atrás e nunca regressara. Tia Itamar afirmou que o tio Edgar existiu e que, por conseguinte, a lembrança da minha mãe estava correta. Outros momentos eram compostos também por: “Você não entendeu isso direito! Tá errado! Isso funciona assim...”. Ou mesmo quando publiquei um ensaio visual (Damásio 2020c) e encaminhei para que minha mãe pudesse vê-lo. O ensaio contava sobre minha avó Anita e minha mãe o enviou para minhas tias no *mundo* e para tia Itamar na *origem*. Gravou também uma mensagem de áudio que dizia: “Nem precisa ler o que tá escrito, mas vê as fotos de mãe (minha avó) aí! Olha como ela ficou bonita!”. As palavras não precisavam tanto assim, já as fotos eram essenciais. Eram as fotos que iriam circular entre as parentes do *mundo* e *origem* e seriam utilizadas para construir prestígio e autoestima na nossa família e fora dela.

Volto a uma colocação que fiz ainda na seção I. Não é porque pesquiso minha família que minha pesquisa é melhor.

O que quero apontar chamando atenção para isso? Sabemos que antropólogos possuem diferentes acessos ao campo e como parente acabei “descobrir” alguns segredos de família, tendo achegamento a esse mundo de tantas maneiras diferentes por ser de dentro do grupo. Só que ao mesmo tempo, por mais que eu tivesse acesso a tantas coisas, eu não podia compartilhar muitas delas como tantos antropólogos não podem (por mais que fossem essenciais para minha pesquisa). Se temos uma premissa ética básica enquanto antropólogos, essa é a de não compartilhar dados de possam comprometer o grupo pesquisado. Compartilhar alguns “segredos” seria comprometer e constranger (principalmente moralmente) meus parentes e família. É por isso que aponto que ser parente não oferece acesso irrestrito ao que ocorre no campo pesquisado. Aposto que minhas parentes *véias*¹⁰ ainda mantêm muitas histórias enterradas e longe do meu acesso e assim – pelo visto – irão permanecer.

Entretanto, apesar de uma pesquisa efetuada pelo “olho de parente” ou “olho estranho” não ser um melhor que a outra, há que se considerar que são diferentes e produzem coisas diferentes (para a antropologia, como etnografia e para o próprio grupo). Quem tem direito a essas histórias que são “descobertas”? Quem possui o direito de contá-las ou enterrá-las? Quem tem o direito de sabê-las? Decerto, ao longo da nossa socialização em antropologia, impera a formação e construção de um “olhar”. É o que Cardoso de Oliveira (1996) intitula de “olhar etnográfico”. O mesmo dá um exemplo de um antropólogo chegando, olhando e descobrindo, mas agora o “olhar etnográfico” pode também ser o “olhar de parente”. Do antropólogo que ali nasceu, viveu (vive) ou que retorna para pesquisar. Esse antropólogo com o “olhar da parente” foi alimentado, *criado*¹¹ (em afeto, palavras, vulnerabilidades, comidas, gestos) por aqueles com quem pesquisa e com o

¹⁰ Essas, pertenciam ao universo de quem já passou por momentos anteriores, *criaram* uma “família”, tiveram os *filho-homens* e *filhas-mulheres* e então estão aguardando a chegada dos netos. É após o estabelecimento dos filhos e dos netos em uma nova família que as pessoas passam a se autôn timer como *véis* e *véias* ou a assim serem nomeados por outros. Entretanto, como ocorre com as exceções, uma *muié* não precisa necessariamente parir e ter seus netos para ser lida como *véia*. No primeiro caso o que vai resguardar esse lugar é ter vivido os outros momentos do curso da vida até ser avó e no segundo o *cair pra idade*.

¹¹ Sobre “criar” ver Mayblin (2010), Texeira (2014), Alves (2016), Damásio (2020a).

auxílio do “olhar etnográfico” passa a olhar para o próprio grupo.

São olhares que se sobrepõe e *criam* uma forma de encarar a realidade investigada. E não ocorre o apagamento de um sob o outro, ou uma sobreposição de uma lente por outra. Elas se misturam para ver. Nesse sentido, apesar do autor considerar que “o interior da maloca não seria visto com ingenuidade, como uma mera curiosidade diante do exótico, porém com um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível” (ibid.: 16), há uma particularidade no “olhar de parente” – inclusive para com os “segredos de família” – pois os segredos de um parente, são também meus segredos. Assim como o meu “olhar de parente” se atentava o tempo todo para quais histórias estavam presentes em artigos, fotos, desenhos e quais histórias sobre nós não deveriam nunca estar e figurar para fora do grupo. O jogo do que mostrar e do que esconder é posto na mesa para o parente-antropólogo.

Apesar de haver “segredos” que devem permanecer enterrados, há alguns que podem ser levados a público. E nessa mediação que atravessa parentesco e antropologia, mediamos também nossos compromissos e filiações. Como Lila Abu-Lughod (2018: 198) de forma categórica coloca em relação às “verdades parciais”, o que “precisa haver é um reconhecimento de que elas são também verdades posicionadas”. Por conseguinte, se as verdades também são posicionadas, os olhares também não o seriam? Se os olhares são posicionados, os corpos também não o são?

Com esses corpos que também são territórios de tantas coisas (parentes, famílias, ancestrais, segredos) há uma diferença entre etnógrafos que não apenas explicam, analisam, etnografam, criam conceitos, experiências vividas e teorias, mas que também, a partir da sua posição dentro do grupo, as entendem como parte constituinte da própria subjetividade e Vida. Existe uma diferença entre quem pesquisa-experencia-explica e volta para casa; e entre quem vive-experencia-explica e que nunca volta para casa, pois o campo é dentro de casa, do sangue, do próprio grupo, em suma, é um campo-para-toda-vida e em-processo-de-vida.

Se o trabalho do antropólogo é constituído por um Olhar, Ouvir e Escrever (Cardoso de Oliveira 1996), o trabalho do parente-antropólogo (pois somos parentes antes de qualquer coisa), é constituído por um Viver, Olhar, Ouvir, Escrever e

tantas vezes Permanecer naquilo que vivemos, olhamos e escrevemos. E nós não permanecemos no *mundo* da mesma forma. Aqui é preciso estabelecer uma diferença entre Viver e Vivenciar um fenômeno. Quando falo do primeiro (Viver), estou me referindo a minha noção de pessoa construída em consonância com aquilo que pesquiso. No segundo caso (Vivenciar), me refiro ao processo de estabelecer relações com um grupo que pode sim, modificar a forma do antropólogo experimentar o mundo, como também transformá-lo subjetivamente. Entretanto, a dimensão temporal também contribui para a construção do “olho de parente” e do “olho estranho”. Por mais que um campo seja de longa duração, ele é um tempo (campo) “programado” e situado em momentos que o antropólogo pode retirar-se e afastar-se daquilo Vivencia. Por mais que um antropólogo esteja situado e continue tendo relação com interlocutores após o campo, contruindo amizades e em alguns casos até mesmo casamentos, é preciso que se tenha em mente que se retirar do que viveu em campo ainda é possível em muitas instâncias. Já o “olho de parente” está naquilo que vive e por mais que ele se desloque espacialmente do próprio grupo, o mesmo o acompanha em conversas da-sobre a *origem*, na busca de soluções para as confusões da vida em família e inclusive nos sonhos nossos parentes continuam *criando* (como será elucidado mais abaixo). Como Igor Kopytoff, (2012: 236) afirmou: “o mundo é um lugar perigoso quando a pessoa não está ligada ao grupo de parentesco”.

O campo, inclusive, pode mudar o curso de vida de todo antropólogo que esteja disposto a vulnerabilizar-se (Behar 1996), mas meu curso de vida foi *criado* pelas parentes com quem pesquiso. O primeiro (Viver) circunscrito por um processo-de-vida e o segundo por um-encontro-de-vida (Vivenciar). E por mais que o primeiro seja perpassado pelo segundo e vice-versa, não são a mesma coisa. O nosso Vivenciar não se desloca do nosso Viver e o nosso Viver não se desconecta do nosso Vivenciar. Em suma, não há uma separação real (apenas conceitual e para fins etnográficos).

Em uma aula que ministrei recentemente para uma turma de ética de pesquisa em ciências sociais uma aluna me perguntou como convenci minha família a fazer parte da minha pesquisa. Afirmei para a mesma que esse processo nunca ocorreu. Todas sabiam que eu estava realizando uma pesquisa sobre nossa família, eram extremamente solícitas, autorizavam a divulgação de algumas histórias (e negavam a publicação de

outras). Apesar dos menos corriqueiros, mas existentes, “Não bota isso no livro!”, a maioria da pesquisa foi composta por um verdadeiro, “Vamos ajudar a Clarinha no trabalho dela!”. Era uma constante troca de “ajudas”, obrigações e direitos. Em contrapartida eu efetuava “ajudas” de outras ordens como *tomar de conta* da minha avó. Já o antropólogo com “olho estranho” precisa construir um corpo etnográfico que nunca será o corpo *criado* pelas minhas parentes, logo, nossos olhos e olhares serão construídos de formas diferentes. Ele precisaria convencê-las e entrar em outras trocas e acessos enquanto um “estranho”. Explico abaixo.

Uma noite dessas sonhei que estava sendo levada para uma casa. Chegando lá encontrei uma *véia* que estava sentada em uma cadeira de balanço e olhando para uma janela ensolarada. Eu me colocava em frente a ela e ajoelhava. Ela continuava olhando para a janela e pedia minhas mãos. Eu colocava minhas mãos no rosto dela e ela botava suas mãos no meu. Ela precisa me ver. Me dava uma bronca por eu ter ficado tanto tempo sem ir visitá-la e eu reconhecia meu erro. Ela sorria e me dizia “Ele não esperou o tempo de Iemanjá, né!”. Eu sabia quem era Ele, eu sabia a qual tempo ela se referia e engasgada pelo luto eu não consegui responder. Então, acordei. Aquela era minha bisa Nora, mulher que ficou cega por causa do carvão com o qual trabalhou por tanto tempo. Ela, avó paterna da minha mãe e a quem vi apenas uma vez aos meus quatro anos de idade, mas que continuava e continuaria me *criando* por tempos imemoriais. Eu era *criada* (pelas vivas, mortas, por aquelas que mesmo nos sonhos me visitam para contar sobre a Vida, nossa Vida, nosso Viver, para me consolar e me ajudar a lidar com o *mundo*).

Ainda na infância eu escutava da minha mãe que: “Te crio para que você tenha oportunidades”, voltei para Canto do Buriti e escutei também mulheres falando sobre *criar*. Eu não entendia o fenômeno apenas naquele encontro etnográfico, na minha Vivência, eu o entendia também como constituinte da minha forma de estar no *mundo* desde sempre. O deslocamento acontecia por outro caminho, assim como Permanecer. Eu permaneço no que vivo-pesquiso-escrevo-sonho-crio, não apenas no vivido naquele encontro etnográfico (por mais que ele se estenda na vida do antropólogo quando o mesmo sai de campo).

E em que consistia esse *criar*? Criar estava atrelado às *muié* e sua capacidade de cuidar, proteger, providenciar o *de*

*comer*¹², *tomar de conta*. Enfim, construir um outro corpo até o momento que ele fosse capaz de lidar com a própria vida no *mundo* ou na *origem*. Estava também conectado às estratégias de *criar* uma família, filhos, filhas, casas, bichos, tudo exigia trabalho e conseqüentemente muita *luta*. Além de produzir, digamos assim, cursos da vida entre as parentes através desses corpos *criados*. A solidariedade intergeracional era acionada de *muié* para *muié*, pois elas eram as responsáveis por *criar*, por *tomar de conta*, pela *luta*, por lidar com a ausência dos *filhos-homem*, dos pais, dos irmãos. E o que quero apontar quando afirmo que não permanecemos no mundo da mesma forma? Bom, é exatamente isso. Apesar do “olhar etnográfico” ser treinado, ele se manifesta de diferentes formas, dependendo do corpo que olha. Como Gersem Baniwa (2015) indica, um antropólogo nunca será um indígena, mas um indígena continua o sendo, mesmo após virar um antropólogo. E o mesmo pode ser aludido às pessoas que possuem o “olho de parente”, como disse minha mãe. Com isso, a noção de *criar* é também em relação a construir determinados corpos e determinadas formas de olhar para a realidade e de descocar-se por ela. Volto então para dentro da minha casa, para minhas parentes para exemplificar mais uma vez.

Com minhas parentes, principalmente as que tinham mais de 60 anos, tentei compreender aspectos de como era, afinal, *cair para idade*. Apesar de ser uma antropóloga, eu também era parente. Apesar de parentes, elas eram minhas interlocutoras, ou parentes-interlocutoras, como passei a chamar. Entretanto, passei alguns “perrengues” ao longo da pesquisa por tentar por muito tempo “olhar” e escrever apenas com o “olhar etnográfico”. Em um dia de campo, conversando com tia Itamar, ela acabou me contando um dos “segredos de família”. Cheguei a casa da minha avó e contei para minha mãe, pois precisava desabafar sobre o ocorrido.

No dia seguinte descobri que minha mãe tinha contado o “segredo” para nossas outras parentes que estavam no *mundo*. Nisso, fiquei chateada com a mesma, pois eu não sabia como aquilo poderia afetar “minha pesquisa” ou como aquilo poderia me vulnerabilizar subjetivamente. Eu estava abalada. A impressão que tenho hoje é de que eu tentava dar ordem e ter controle do que ocorria na vida em família, mas a vida em família é por vezes desordenada, desconstruída, encontrada

¹² Alimento.

em meio aos desencontros e com bons dias. O que eu tentava fazer ia de desencontro com o que eu sabia Viver. Foi então que minha mãe, aborrecida por eu estar chateada com o fato de ela ter falado para outras parentes o que eu havia “descoberto”, acabou dizendo: “Você fica falando como se não fosse da família!”. Eu estava falando como quem então? Como uma antropóloga? O “olhar etnográfico” exigia que eu me afastasse para tentar entender o que ocorria com o campo, comigo, com minhas parentes. O que eu vim a saber afetava as mesmas e elas apontavam para mim, “nós temos direito a esses segredos que você descobre, pois eles não são apenas seu, eles são nossos...”. Era preciso entender como nós faríamos as coisas (vida, texto e pesquisa).

A posicionalidade em campo levanta, tensiona, arrasta e forja formas de entender o contexto de pesquisa e o próprio fazer antropológico (*cria* também novas formas de fazer). Não há como lidar e pensar com nossos corpos em campo (e fora dele) como se os mesmos fossem descorporificados, deslocalizados, como se nossos saberes não fossem localizados, assim como nossos olhares (Haraway 1995). Não é por todos termos olhos que todos sejamos capazes de ver e /ou ver da mesma forma. Às vezes não somos capazes de ver por mais que tenhamos olhos e como construímos nosso olhar não é desvencilhado da forma como fazemos Vida, ou como Vivenciamos a mesma. Dessa forma, fazer uma etnografia com parentes sendo uma parente, *moça e filha-mulher*, me apresentavam diversas fronteiras, possibilidades e relações de poder. A posicionalidade faz etnografia e se constitui enquanto uma relação política tanto em relação à comunidade acadêmica quanto à comunidade, família e parentes para a qual também fazemos parte. É um malabarismo constante em fazer sentido para dois contextos que em muitos casos não conversam amplamente.

Objetividade e subjetividade estavam imersos em um único processo, o de estar Viva com meus parentes entre *mundo* e *origem*. Assim, a etnografia entre parentes marcou minha posição, meu corpo, minha pesquisa e delimitou minha produção etnográfica e a tentativa de buscar outras formas de fazer. O meu lugar era enquanto alguém que “espiava”, mas que também era encarregada de “ajudar” em outras coisas relacionadas a vida em família e acima de tudo *tomar de conta* da minha avó. Nesse sentido, o *tomar de conta* ia para além dos ajustes cotidianos, policiamento, disciplinamento do corpo

velho, manejos de agências e vontades, estratégias de convivência, arranjos da casa e da alimentação, mas ia de encontro também, por exemplo, a proteger alguns “segredos de família”. Com o campo percebi que era preciso me “aproximar”, “ajudar”, “espiar”, *tomar de conta*, “ficar de olho” não apenas como pesquisadora, mas como parente (Damásio 2020a) e substituir, essas últimas, por aquele lugar de “distanciar” e “estranhar”.

É interessante atentar que o exemplo dado em “Observando o familiar” por Gilberto Velho (1978) é o do antropólogo olhando pela janela do seu apartamento e acompanhando as pessoas que estavam na paisagem. Mas é curioso perceber como ele não está olhando para dentro da própria casa ao fazer suas considerações. O observar o familiar, nesse sentido, é em outros termos. Ele observa uma cena que lhe é familiar, que é composta por pessoas que não lhe são conhecidas, tampouco suas vidas, biografias, gostos. Quando o autor trabalha com a ideia de que o “familiar não é necessariamente conhecido” (ibid. 126), essa consideração ganha outros contornos com a pesquisa entre parentes e dentro da própria família. Em certo sentido, meus parentes sempre me foram familiares e também conhecidos, mas não eram tomados como “objetos” de interesse antropológico por minha parte. Eu conhecia suas histórias, sabia sobre suas vidas constantemente, tinha afetos por eles, era *criada* por eles. É por isso que fazer-família e fazer-antropologia (Damásio 2020a) são separações arbitrárias que utilizo apenas para fins reflexivos, mas cotidianamente na vida em família o processo é indissociável. Não ocorre um “pôr-se no lugar do outro” (Velho 1978: 127) afim de conhecê-lo, pois eu sou o outro que sempre estive e está naquele lugar. Eu sou a paisagem que narro, não olho pela janela (Damásio 2021), olho para o sofá, para o quintal de casa, para a varanda da minha avó, para a cozinha da minha mãe, para a sala de estar da tia Itamar. Refletir sobre nossa sociedade é refletir sobre nosso familiar, mas não necessariamente sobre a nossa família.

Apesar do autor afirmar também que o grau de familiaridade definitivamente varia e que não é o mesmo que conhecer, o papel do antropólogo seria relativizá-los, torná-los “objetos” de análises sistemáticas e ficar atento pois o “conhecimento pode estar comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos.” (ibid. 128). Bem, se assim eu considerasse, meu “objeto” de pesquisa estaria inteiramente contaminado por

mim mesma, pois Vivo e Permaneço nesse “objeto” desde sempre. Meu familiar é intrínseco ao meu cotidiano e rotina, mas isso não significa que não haja também estranhamentos. Quem é tão de perto ao ponto de nunca ser estranhado?

Como venho narrando até aqui, o meu processo de me aproximar do que me é familiar é constituído por uma construção de conhecimento que é dado em consonância com o próprio grupo que me *criou* e me forjou subjetivamente. Não manejo minha subjetividade apenas como antropóloga que conhece, familiariza-se, não exotiza e se aproxima para entender. Manejo principalmente como parente. Não é possível ter uma “distância social”, “distância psicológica” e até mesmo uma “distância física” (ibid. 1978: 124) entre meus parentes e família— já que não é a fisicalidade e presença nesses termos que a organiza socialmente, já que vivemos nos fluxos entre *origem* e *mundo* e mesmo assim nos mantemos “unidos”.

De fato há que se pensar esse “nós antropólogos” (Pereira 2020) e esse “nós etnógrafos”. Não fazemos etnografia da mesma forma se nossos corpos são posicionados de formas diferentes, possuem olhares diferentes, olham para lugares diferentes e produzem de formas diferentes, justamente por nossas matrizes de pensamento serem também distintas mesmo dentro de uma mesma nação. Não estamos necessariamente no mesmo barco, apesar de remarmos juntos (devemos remar juntos). Há que se marcar esse caráter plural no fazer etnográfico e colocar as reflexões nessa caixa do “como nós fazemos” é perigoso. E esse movimento é necessário para que futuramente outros pesquisadores não precisem ouvir “superamos o debate de posição, muito já foi dito”. Foi dito por quem? Colocado por quem? Finalizado por quem? Ele está apenas começando.

Se as feministas brancas apontaram que não faziam etnografia como homens, e as feministas negras não faziam como as brancas e tampouco como os homens, não podemos esquecer que quem é parente possui um “olho de parente” e que o não parente possui um “olho estranho”. O de fora que vem para dentro, o estrangeiro, terá acessos diferentes e as saídas de compartilhamento de informações serão outras por conseguinte. Se os antropólogos que dizem tanto prezar pela diferença não simplesmente fecharem a discussão, todo o debate só tem a ganhar.

É por isso que percebo que ao tentarmos propor desobediências epistêmicas – e que acredito serem também metodológicas (com novas perspectivas de “aproximação”, “espaçamento” e “ajudas”) –, entramos em um espaço espinhoso que ainda se constitui como conservador “quando se trata de buscar outras racionalidades e metodologias de produção e reprodução de conhecimentos, diferentes dos *modus operandi* da ciência moderna” (Baniwa 2015: 241). Além de se concentrar no “olhar”, é preciso também saber “ouvir” aqueles que estão falando a partir de outras posições e lugares. Entretanto, para alguns antropólogos é mais fácil imaginar o fim da Antropologia, do que novas formas de fazer antropologia, etnografia, enfim, do que encontrar novas formas de “olhar” (inclusive para nós).

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. 2018. “A Escrita contra a cultura”. *Equatorial*, 5(8): 193-226.
- ALVES, Yara de Cássia. 2016. *A casa raiz e o vôo de suas folhas: Família, Movimento e casa entre os moradores de Pinheiro – MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – USP.
- ANZALDÚA, Gloria. 2005. “La conciencia de la mestiza / rumbo a una nova consciência”. *Revista Estudos Feministas*, 13(3): 704-719.
- AUGÉ, Marc (org.). 1975. *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70. Coleção Perspectivas do Homem, n. 2.
- BANIWA, Braulina. 2018. “Mulheres e Território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados”. *Vukápanavo: Revista Terena*, 1(1): 165-170.
- BANIWA, Gersem. 2015. “Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas”. *Novos Debates*, 2(1): 233-243.
- BEHAR, Ruth. 1996. *The vulnerable observer: Anthropology That Breaks Your Heart*. Boston: Beacon.
- DAMÁSIO, Ana Clara. 2020a. *Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI*. 206 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

- DAMÁSIO, Ana Clara. 2020b. “Voltando para a “Origem”? Considerações sobre o campo entre parentes e os 'segredos de família’”. *Revista Calundu*, 4(2): 183-197.
- DAMÁSIO, Ana Clara. 2020c. “Entre parentes e lembranças”. *Equatorial*, 7(13): 1-11.
- DAMÁSIO, Ana Clara. 2021. “Como pode o Outro narrar? Considerações sobre viver, fazer e escrever na Antropologia”. *Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 16: 72-99.
- HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, 5: 7-41.
- KOPYTOFF, Igor. 2012. "Ancestrais enquanto pessoas mais velhas do grupo de parentesco na África". *Cadernos de Campo*, 21: 1-360.
- MACHADO, Lia Zanotta. 2001. “Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil”. *Interface Comunic, Saúde, Educ*, 4(8): 11-26.
- MAYBLIN, Maya. 2012. "The madness of mother: Agape Love and the maternal myth in Northeast Brazil". *American Anthropologist*, 114(2): 240-252.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 1996. "O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever". *Revista de Antropologia*, 39(1): 13-37.
- PEREIRA, Luena. 2020. “Alteridade e Raça entre África e Brasil”. *Revista de Antropologia*, 63(2): 1-14.
- TEIXEIRA, Jorge Luan. 2014. *Na terra dos outros: Mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão de Inhamuns (CE)*. Dissertação de mestrado. Museu Nacional – UFRJ. Rio de Janeiro.
- VELHO, Gilberto. 1978. "Observando o familiar". In: Edson de Oliveira Nunes (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIRGÍLIO, Nathan. 2018. *Pensa que é só dar o de-comer? Criando e pelejando com parente e bicho bruto na comunidade do Góis-CE*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ.

Enviado: 01 de fevereiro de 2021
Aceito: 24 de maio de 2021